



Associação Portuguesa de Pais e Amigos  
do Cidadão Deficiente Mental de Matosinhos

Relatório de Gestão e Contas 2017

---

*[Handwritten signatures and initials]*

## ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A “APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE MATOSINHOS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição particular de solidariedade social” com estatutos alterados e em conformidade com o disposto no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei n.º 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei n.º119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º139/2007, de 29 de janeiro.

O registo efetuado pela Direção-Geral da Segurança Social foi lavrado pelo averbamento n.º2, à inscrição n.161/01, a fls.29 e 29 Verso do Livro n.º9 das Associações de Solidariedade Social e considera-se efetuado em 23/11/2015.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex.<sup>as</sup> o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da APPACDM de Matosinhos.

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades da APPACDM de Matosinhos apresenta a descrição de todas as atividades planeadas e desenvolvidas pela instituição durante o ano de 2017. Durante este período, foi privilegiado o envolvimento e a interação entre todas as partes interessadas e que se constituem como essenciais no quotidiano institucional. Como tal, para além das atividades desenvolvidas para e com os clientes através das respostas sociais que presta, é importante para a APPACDM de Matosinhos o estabelecimento de sólidas relações institucionais com parceiros e entidades que assegurem uma maior diversidade nas práticas e facilitem a sustentabilidade organizacional.

No ano de 2017, a Direção da APPACDM de Matosinhos orientou a sua intervenção assente nas necessidades de clientes e famílias, com rigor, objetividade e diminuição do desperdício de recursos.

As atividades desenvolvidas e realizadas em 2017 tiveram como base o Plano Anual de Atividades apresentado pela Direção da APPACDM de Matosinhos e aprovado em Assembleia Geral.

Todas as atividades desenvolvidas foram elaboradas de forma alinhada com a Missão, Visão e Valores da APPACDM de Matosinhos, cumprindo ainda os objetivos estratégicos definidos, mais concretamente:

- Ajustar o Sistema de Gestão da Qualidade - EQUASS Assurance;
- Facilitar a formação dos profissionais dotando-os de novas e melhores competências para a prestação de cuidados e serviços de elevado grau de eficiência, melhorando simultaneamente as suas capacidades pessoais;
- Criar e dar continuidade a projetos inovadores através de práticas de excelência e que reforcem a posição de liderança e vanguarda da APPACDM de Matosinhos, garantindo também uma maior representatividade na área em que se insere;

- Envolver todas as partes interessadas assegurando o envolvimento das partes em todos os momentos da Instituição, assegurando a prestação de serviços cada vez mais ajustados às necessidades.
- Garantir a sustentabilidade da Instituição através de um modelo de gestão baseado na otimização dos recursos existentes e boas práticas na aplicação dos meios económicos envolvidos.

## 1. RESPOSTAS SOCIAIS E SERVIÇOS

A APPACDM de Matosinhos orienta a sua atuação de acordo com a sua Missão – Promover a qualidade de vida e inclusão social do cidadão com deficiência mental e/ou em situação de risco, bem como suas famílias. Neste sentido, as Respostas Sociais e os serviços disponibilizados procuram ir ao encontro da comunidade, com o objetivo de aprofundar o sentido de inclusão em sociedade.

*[Handwritten signatures and initials]*



**1.1. DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE RESPOSTAS SOCIAIS – 2017**

Estabelecimento	Resposta Social	Nº Respostas
Centro Dr. Leonardo Coimbra	CAO Centro Dr. Leonardo Coimbra	127
	Pousada	16
	UATL	72
Laranjeiras	CAO das Laranjeiras	20
	Lar das Laranjeiras	12
Senhora da Hora	CAO da Senhora da Hora	20
	Lar da Senhora da Hora	18
	ELI de Matosinhos	53
Circunvalação	Lar da Circunvalação	8
Total		346

*[Handwritten signatures and initials in the right margin]*

**1.1.1. ELI DE MATOSINHOS**

A ELI de Matosinhos está integrada no Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI), que apoia crianças entre os 0 e os 6 anos, em situação de risco estabelecido, biológico ou ambiental, bem como às respetivas famílias, cujo contexto educativo está integrado no concelho de Matosinhos.

A ELI tem a missão de garantir a intervenção precoce na infância, promover a qualidade de vida e inclusão social, através de um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família nos seus contextos de vida.

### 1.1.2. CAO – CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

O Centro de Atividades Ocupacionais "...visa a valorização pessoal e a integração social de pessoas com deficiência, permitindo o desenvolvimento possível das suas capacidades, sem vinculação a exigências de rendimento profissional ou de enquadramento normativo de natureza jurídico-laboral." Os CAO apoiam pessoas com deficiência mental e multideficiência, com idades a partir dos 18, residentes nos Concelhos de Matosinhos, Maia, Valongo, Porto e Gondomar (com exceção dos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam o ensino regular).

Para cada cliente é elaborado um Plano Individual (PI) onde se definem as áreas, objetivos e indicadores a trabalhar. A intervenção é definida para cada cliente em função dos objetivos funcionais definidos para cada um, no PI. São depois elaborados e executados os planos de sessão e, numa fase posterior, procede-se à revisão e avaliação dos PI's, em equipa multidisciplinar. A monitorização e avaliação dos PI's possibilita o reajuste da intervenção individual. Assim, o CAO proporciona atividades lúdico-terapêuticas, de desenvolvimento pessoal e social, de participação e integração social na comunidade.

Os quatro Centros de Atividades Ocupacionais do Centro Dr. Leonardo Coimbra funcionam na sede da organização; os clientes do CAO da Senhora da Hora e do CAO das Laranjeiras, para além das atividades referidas, desenvolvem atividades ocupacionais, em parceria com diferentes empresas. São lá executadas atividades oficinais e de montagem, realizadas no âmbito do processo de transformação da matéria-prima em produtos finais.

### 1.1.3. LRE – LARES RESIDENCIAIS

Os lares residenciais pretendem ser um "...equipamento social para acolhimento de pessoas com deficiência, que se encontrem impedidas, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar". Os Lares Residenciais da Instituição acolhem e apoiam pessoas com deficiência mental, de ambos os sexos, a partir dos 16 anos de idade e

sem retaguarda familiar adequada, em regime de internamento, com carácter temporário ou definitivo.

A APPACDM de Matosinhos disponibiliza quatro Lares Residenciais: Pousada, Lares da Senhora da Hora, Laranjeiras e Circunvalação. À semelhança do CAO é elaborado o Plano Individual com base no perfil dos clientes e definida a intervenção, sendo esta orientada para o desenvolvimento pessoal, inclusão social e bem-estar.

#### 1.1.4. UATL – UNIDADE DE ARTES E TEMPOS LIVRES

A APPACDM de Matosinhos disponibiliza uma Unidade de Artes e Tempos Livres (UATL), que procura promover o desenvolvimento das capacidades artísticas e desportivas de jovens/adultos. Esta unidade desenvolve atividades: desportivas (atletismo, futebol e jogos adaptados) e terapêuticas (terapia ocupacional) É também objetivo participarem em competições que fazem parte do quadro competitivo dos vários organismos desportivos.

*[Handwritten signatures and initials in the right margin]*





## 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E METAS ALCANÇADAS

### 2.1. PARCERIAS

A procura de novas parcerias e a consolidação das parcerias existentes continua a ser uma área em que a APPACDM de Matosinhos aposta de forma continuada, com um foco claro na melhoria contínua dos serviços disponibilizados. Assim, durante o ano de 2017, a instituição manteve o seu envolvimento com os parceiros existentes, bem como, encetou esforços na procura ativa de novos parceiros institucionais, o que acabou por acontecer com o Continente Modelo.

Continua a ser aposta Institucional a realização de estágios curriculares, onde se proporciona a partilha de experiências e saberes, dando a possibilidade aos alunos de desenvolverem as suas competências, à passagem (prática) de metodologias de trabalho inovadoras e que se revestem de um valor acrescentado à qualidade de vida dos clientes da Instituição. Durante o ano de 2017, a APPACDM de Matosinhos manteve ainda estágios com parceiros já existentes, mais concretamente, com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e com 5 estabelecimentos de ensino, do Agrupamento de Escolas de Matosinhos.

O apoio a famílias mais carenciadas é também uma preocupação da APPACDM de Matosinhos. Para este apoio, as parcerias com o Banco Alimentar Contra a Fome são de elevada importância, uma vez que facilitam as doações de bens alimentares a pessoas que necessitam deste apoio para enfrentar as dificuldades do quotidiano.

A APPACDM de Matosinhos mantém ainda ligações institucionais com organizações congéneres que se fazem representar, a nosso convite, em alguns dos eventos que organizamos.

O Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), enquanto entidade parceira, apoia a realização de momentos como as Colónias de Férias e o Juntos Pel'Arte, para além da divulgação de atividades ou eventos relevantes para clientes e colaboradores da instituição.



*[Handwritten signatures and initials]*

As parcerias com a *Matosinhos Sport*, *Matosinhos Habit* e com a Câmara Municipal de Matosinhos concretizam-se ao nível da cedência e requalificação de espaços, que se revelam de elevada importância, uma vez que possibilitam aos clientes e partes interessadas a utilização de uma diversidade de equipamentos e de atividades, melhorando assim a sua qualidade de vida.

A Instituição mantém ainda uma participação ativa na Rede Social, articulando diretamente com a Junta de Freguesia da Senhora da Hora e Junta de Freguesia de São Mamede de Infesta. Além disso, mantém a parceria com o Ministério da Justiça (Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais) para a realização de trabalho comunitário considerado como relevante para a instituição. A organização Passo Positivo é também um importante parceiro na divulgação e implementação de formações relevantes para os colaboradores. As Câmaras Municipais da Maia e Valongo prestam ainda um importante apoio no transporte dos nossos clientes, que residem naqueles municípios.

No que diz respeito à cedência de recursos, é possível destacar a oferta de bilhetes para diversos eventos por parte da APDL (Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A), bem como do Clube Galp Energia, contribuindo para um importante momento lúdico dos nossos clientes.

A APPACDM de Matosinhos dispõe também de importantes apoios na aquisição de bens e serviços na, Forbo, Sotinco (CIN), Farmácia São Mamede, Revinobre e Continente Modelo.

## 2.2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como instituição particular de solidariedade social, a APPACDM de Matosinhos tem uma importância acrescida enquanto agente mobilizador da participação na sociedade e da comunidade.

O 24º Grande Prémio dos Reis, uma das provas mais antigas organizadas pela APPACDM de Matosinhos, contou com a participação de 68 clientes e 70 participantes

*[Handwritten signatures and initials in the right margin]*

de outras instituições, o que reforça a importância desta prova não apenas para a instituição, mas também como evento do calendário desportivo.

Um dos parceiros da APPACDM de Matosinhos, a ANDDI-Portugal, desenvolve com regularidade provas desportivas, onde os clientes da instituição participam nas modalidades de natação e atletismo. Relativamente às provas desportivas de natação em que participaram os atletas da APPACDM de Matosinhos, é possível destacar o 11º Torneio de Natação “Cidade de Felgueiras” com a participação de 7 clientes, o 7º Encontro Atividades Aquáticas “Cidade de Barcelos” com a participação de 7 clientes, 17º Encontro de atividades aquáticas “Cidade de Penafiel”, com 7 clientes participantes, e o 9º Encontro de Atividades Aquáticas de São João da Madeira, com a participação de 7 clientes e o 29º Encontro de Atividades Aquáticas “Cidade de Espinho”, com a participação de 7 clientes.

A modalidade de atletismo é, também, uma importante aposta da APPACDM de Matosinhos. Na pista da CERCI Fafe decorreu, no mês de setembro o 9º Meeting com a participação de 7 clientes.

Organizamos o 5º Torneio Dr. Leonardo Coimbra, na Piscina Municipal de S. Mamede de Infesta, com a participação de 65 clientes, assim como, o 7º Torneio de Boccia que decorreu, no pavilhão do Centro Dr. Leonardo Coimbra, onde participaram clientes, pais, colaboradores e Instituições congéneres, ALADI, APPACDM da Maia e Criança Diferente.

A nossa atleta, Elsa Taborda marcou presença no Campeonato nacional de atletismo: Luso 2017, nas provas de 400 e 100m, sendo classificada em 2º e 3º lugar; assim como, no campeonato nacional de pista coberta, em Braga, nas provas de 400m e 300m, obtendo o 3º lugar e no Campeonato Europeu, em Gaia, na prova 4x400m, estafetas Portugal, classificada em 1º lugar.

A Elsa Taborda foi também convidada, pela Câmara Municipal de Matosinhos para ser madrinha do “Mar do Desporto”. Foi com muito agrado que nos representou.



*[Handwritten signatures and initials]*

Durante o ano de 2017, várias saídas em grupo foram dinamizadas, com o objetivo de experienciar momentos de alegria e integração na comunidade. O Cortejo Carnavalesco organizado pela Junta de Freguesia de S. Mamede de Infesta é sempre um momento importante para o entrosamento entre a Instituição e a comunidade local. Nesta atividade participaram 20 clientes com um carro alegórico que reforça o trabalho desenvolvido pela instituição no apoio prestado aos cidadãos com deficiência e cujo tema foi a “Liberdade”.

Em Janeiro, 30 clientes assistiram ao Espetáculo Fá no Rivoli, onde foi proporcionado aos nossos clientes um encontro fantástico entre a música e o teatro. Para além disso, no mês de fevereiro e março 150 clientes visitaram a Fundação de Serralves, onde tiveram a oportunidade de apreciar as obras de *Joan Miró*. No decorrer do mês Abril, também 150 clientes se deslocaram ao *Norteshopping* para assistirem ao filme “A Bela e o Monstro”.

O mês de maio, coincidente com as festividades em honra do Senhor de Matosinhos foi também marcado pela visita de mais de 150 clientes a esta romaria, onde puderam saborear deliciosas farturas e viver alegres momentos.

Visitaram o terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões- Matosinhos um grupo de 26 clientes, onde degustaram um belo almoço. Visitaram ainda, a Quinta de Sto. Inácio um grupo de 150 clientes para observação da vida selvagem e compreensão do papel de cada animal na natureza.

A chegada do verão e dos dias ensolarados permitiu as tão aguardadas saídas para a praia. A época Balnear decorreu na praia do Cabo do Mundo e permitiu a 150 clientes usufruir momentos tão do seu agrado.

As colónias de férias são também momentos tão desejados pelos clientes. A Quinta da Fonte Quente na Tocha acolheu 32 dos nossos clientes.

A 19ª Edição do Juntos Pel’Arte, organizada pela APPACDM de Matosinhos em parceria com a Câmara Municipal de Matosinhos, realizou-se entre os dias 22 e 30 de Novembro. Este evento contou com uma exposição de mais de 350 de obras da



*[Handwritten signatures and initials]*

autoria de alunos e utentes de mais de 20 escolas e instituições do concelho, além de espetáculos, ateliês e *workshops*.

No que confere aos *workshops*, estes foram desenvolvidos por artistas convidados. Os ateliers realizados tiveram a colaboração dos profissionais da APPACDM de Matosinhos. Quanto aos espetáculos foram realizados com a participação de instituições congéneres oriundas de Espinho, Viseu, Santa Comba Dão, Paredes e Porto.

Foi um evento marcado pela elevada afluência de público e pela presença ativa de cerca de 1500 participantes. O evento teve um importante destaque na comunicação social, o que elevou a sua importância e interesse, nas cenas cultural e artística, nacionais.

No mês de Dezembro e Janeiro, 30 clientes dos Lares Residenciais tiveram ainda a possibilidade de se deslocar ao Marshopping para assistir ao espetáculo “Alice no País das Maravilhas”, cujos bilhetes foram cedidos pela APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A. Para além disso, 150 clientes dos Centros de Atividades Ocupacionais tiveram a possibilidade de assistir ao filme “Peddington 2”.

Participamos nas celebrações do Alecrim – Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, convite que nos é endereçado há alguns anos.

### 2.3. ÉTICA

No dia-a-dia da instituição, os profissionais são guiados por rigorosos princípios éticos, com respeito para com o cliente e os seus significativos. Neste âmbito, a consciencialização ética é uma componente sempre presente nas reuniões de equipa, focalizada na proteção dos clientes.

Durante o ano de 2017, não foram verificadas ocorrências ou reclamações ao nível do domínio ético. Estes resultados espelham as boas práticas vivenciadas na APPACDM e que são consideradas na atuação das equipas que diariamente asseguram o cumprimento de rígidas normas éticas.

*[Handwritten signatures and initials]*

## 2.4. PARTICIPAÇÃO

A participação de todos os intervenientes na Instituição é uma das pedras basilares para um bom funcionamento e a melhoria contínua dos serviços. Assim, a APPACDM de Matosinhos incentiva e fomenta a participação de clientes, significativos e colaboradores, para que esta Instituição esteja cada vez mais próxima e alinhada com as necessidades sentidas e observadas por todos aqueles que a compõem.

Na instituição encontra-se totalmente consolidada a prática da realização trimestral de Reuniões Gerais de Clientes. As quatro reuniões possibilitaram a partilha, discussão e debate das necessidades identificadas pelos clientes ao longo das suas vivências diárias. Todas as partes interessadas intervieram na reunião, assegurando que todas as sugestões e necessidades são registadas e corrigidas/adotadas.

As reuniões com significativos permitem o envolvimento e uma participação ativa na elaboração e avaliação do Plano Individual do cliente, sendo um momento de ligação entre os significativos e a instituição. Neste âmbito, é fulcral a participação dos significativos na dinâmica institucional, sendo encorajados a participar com maior frequência nestes momentos de reunião, ou a propor reuniões sempre que surjam dúvidas ou necessidade de esclarecimentos acerca do trabalho realizado com os clientes.

As reuniões de equipa são também momentos de elevada importância, onde as equipas multidisciplinares das diversas respostas sociais analisam e discutem as necessidades observadas pelos clientes, tendo como único objetivo a melhoria dos serviços prestados. Assim, cada cliente é considerado de acordo com o seu perfil pessoal e com as suas especificidades, sendo que estas características são determinantes para os necessários ajustes ao seu Plano Individual, com o objetivo da melhoria da sua qualidade de vida.

Para que exista uma melhoria contínua de todos os serviços, é importante que todas as partes interessadas participem ativamente em todos os momentos da instituição.



Assim, é importante que sejam apresentadas sugestões por todas as partes interessadas para que todos possam beneficiar de eventuais melhorias.



## 2.5. QUALIDADE

A prestação de serviços de qualidade é uma das principais linhas orientadoras da atuação da APPACDM de Matosinhos e, como tal, é objetivo da Instituição ir ao encontro de uma ação focalizada na melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e na sustentabilidade da organização.

A APPACDM de Matosinhos encontra-se certificada através da EQUASS Assurance que, pretende introduzir melhorias positivas nos serviços sociais, envolvendo todas as partes no processo da qualidade.

A abertura da instituição para o exterior é facilitada pelos meios eletrónicos, como o *website* e a página oficial de *Facebook*. Assim, o *website* institucional – online em [www.appacdm-matosinhos.com](http://www.appacdm-matosinhos.com) – registou 1050 acessos anuais. Este *website* permite conhecer de perto a instituição, bem como acompanhar todas as atividades desenvolvidas. A página de *Facebook* – [www.facebook.com/appacdmmatosinhosoficial](http://www.facebook.com/appacdmmatosinhosoficial) – permite visualizar de forma frequente todas as atividades, com reportagens fotográficas e vídeo.

## 2.6. RECURSOS HUMANOS

Um dos ativos mais importantes das organizações são os seus recursos humanos. Assim, é importante que estes sejam considerados e auscultados, no sentido da melhoria contínua do seu desempenho.

Anualmente, todos os colaboradores integram de forma ativa o processo de avaliação de desempenho, onde a média global de competências, conhecimentos, requisitos e parâmetros comportamentais se situou no adquirido. Assim, é possível considerar que os colaboradores possuem um conjunto de competências ajustadas à execução das suas funções, bem como, conhecimento de práticas e procedimentos. Os requisitos e



parâmetros comportamentais são também cumpridos, sendo critérios basilares para o bom funcionamento da Instituição.

Durante o ano de 2017 foram admitidos profissionais nas áreas da música, musicoterapia e psicomotricidade, bem como, alargado o tempo dos serviços de enfermagem e das práticas física e desportiva.

De destacar ainda que, ao longo do ano de 2017, não foram identificadas não conformidades pelas várias entidades fiscalizadoras, pelo que todos os requisitos legais e os contratos coletivos de trabalho aplicáveis ao setor se encontram no cumprimento da legislação em vigor. Esta e outra legislação, as suas boas práticas, foram também comprovadas pela rigorosa ação de fiscalização levada a cabo pela Segurança Social.

## 2.7. QUALIDADE DE VIDA

A Qualidade de Vida dos clientes e significativos é uma prioridade para a APPACDM de Matosinhos. O Plano Individual é a base do planeamento realizado para cada cliente, sendo que o atual modelo da qualidade de vida assenta na análise de necessidades, expectativas e satisfação de cada pessoa. Este instrumento reveste-se de uma enorme importância para o cliente e significativos e é alvo de uma atenção particular por parte da equipa técnica, que frequentemente procede à sua avaliação e monitorização. As metas alcançadas nos Centros de Atividades Ocupacionais e nos Lares Residenciais são satisfatórias o que representa um bom nível do cumprimento dos objetivos definidos.

No que diz respeito à qualidade de vida, é possível destacar o apoio concedido a famílias que usufruem das doações das entidades parceiras, mais concretamente, o Banco Alimentar Contra a Fome.

A existência de uma enfermeira a tempo inteiro é uma mais-valia, no que se refere à melhoria da qualidade de vida dos clientes. Assim, durante o ano de 2017, os clientes Lares Residenciais passam a usufruir de um maior acompanhamento.

Os diferentes espaços da instituição têm sido alvo de requalificação, restauro e obras de melhoramento, com o objetivo de os tornar mais agradáveis, acolhedores e

*[Handwritten signatures and initials]*

ajustados às necessidades da população. Destacamos a cozinha, o refeitório e a sala de snoezelen e todo o R/C do Bloco A do Centro Dr. Leonardo Coimbra. Estes melhoramentos têm sido implementados de forma gradual, no sentido de causar o menor constrangimento aos clientes e significativos. Como consequência, os espaços estão agora mais funcionais e confortáveis para todos.

Ao longo do ano, a APPACDM de Matosinhos empenhou-se em proporcionar aos seus residentes experiências em tudo similares às suas vivências familiares. Assim, 40 residentes participaram nas atividades de Natal e Passagem de Ano, 48 nas atividades de Páscoa e celebraram-se 54 aniversários.

No dia 19 de dezembro 49 clientes residentes usufruíram de um Jantar de Natal, confeccionado pela “Alternância” (Escola de Ensino Profissional de Hotelaria/cozinha).

Os momentos em que clientes, significativos e comunidade se aproximam e celebram datas importantes são relevantes para a promoção e manutenção das relações interpessoais. A festa de Carnaval organizada a 24 de fevereiro contou com a participação de 167 clientes. No dia 13 de março foi celebrado o “Põe-te a mexer”, nos jardins da nossa instituição e que contaram com a presença de 167 clientes.

O Dia da Árvore também foi marcado pela plantação de árvores na instituição e o lançamento de balões.

Os Santos Populares foram também comemorados em festa na Instituição no dia 23 de junho, contando com a participação de 167 clientes.

No final do mês de Julho foi realizada a Festa de Verão onde participaram 167 clientes e 49 participantes externos.

No final de outubro, aquando da celebração do Halloween, o “Doçuras e Travessuras” contou com a participação de 165 clientes em momentos lúdicos e de alegria, promovendo a interligação entre clientes e colaboradores.

O Magusto realizado a 10 de Novembro contou com a participação de 160 clientes.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the word "Pont" and several illegible signatures.

Na Festa de Natal a 22 de dezembro esteve presente a Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, assim como, cerca de 40 famílias, que assistiram ao espetáculo de teatro, música e dança.

## 2.8. CONFIDENCIALIDADE

No que diz respeito à política da confidencialidade, os resultados obtidos estão consonantes com o comprometimento institucional em manter uma atuação focalizada na preservação dos direitos fundamentais de clientes e significativos. Assim, não foram registadas reclamações, ocorrências ou incidentes críticos negativos relativos à quebra de confidencialidade durante o corrente ano.

Estes indicadores reforçam a existência de práticas de excelência já bem consolidadas no que concerne ao respeito pelo direito à confidencialidade.

## 2.9. HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A higiene, saúde e segurança no trabalho são fatores de elevada importância, uma vez que são as bases de proteção de clientes, significativos e profissionais. Assim, foram desenvolvidas ações de sensibilização para prevenção de eventuais acidentes de trabalho e os profissionais foram dotados de competências e equipamentos que apoiem as suas funções, nomeadamente com a formação promovida pela Associação Passo Positivo, subordinada ao tema Prevenção de Acidentes Domésticas e pela LTMED, higiene e segurança no trabalho e HACCP.

Matosinhos, 08 de março de 2018

A Direção

*Guarentino Pinto*

*Virgínia Dulce dos Santos Vieira Duarte*  
*Ana Amélia Peixeira Costa*

*Joaquim Falcão*



19  
R. J. T.  
D  
A  
J. K.

APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL

Anexo 2017

Índice		
1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação .....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	4
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	9
5	Activos Fixos Tangíveis .....	9
6	Activos Intangíveis.....	10
7	Loações .....	10
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	10
9	Inventários .....	11
10	Rédito .....	11
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	11
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	12
14	Imposto sobre o Rendimento .....	12
15	Benefícios dos empregados .....	12
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	12
17	Outras Informações .....	13
17.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	13
17.2	Clientes e Utentes.....	13
17.3	Outras contas a receber .....	13
17.4	Diferimentos .....	14
17.5	Outros Activos Financeiros .....	14
17.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	14
17.7	Fundos Patrimoniais.....	14
17.8	Fornecedores .....	15
17.9	Estado e Outros Entes Públicos .....	15
17.10	Outras Contas a Pagar .....	15
17.11	Outros Passivos Financeiros.....	16
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração .....	16
17.13	Fornecimentos e serviços externos.....	16
17.14	Outros rendimentos e ganhos .....	16
17.15	Outros gastos e perdas.....	17
17.16	Resultados Financeiros.....	17
17.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	17



## 1 Identificação da Entidade

A "APPACDM DE MATOSINHOS-ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO COM DEFICIENCIA MENTAL" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social" com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III e revisão efetuada em 23 de novembro de 2015 por força do Dec. Lei 172/A-2014, de 14 de novembro e pela Lei nº76/2015, de 28 de julho que alteram o Dec.Lei nº119/83 de 25 de fevereiro e no regulamento do registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela portaria 139/2007 de 29 de janeiro, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta. Tem como actividade, para que possa prosseguir, os seguintes objectivos:

- Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização, individualização e bem-estar
- Promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental
- Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o estado, nas suas várias formas, no papel que lhe cabe na resolução dos cidadãos com deficiência mental e respectiva família
- Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do deficiente mental nas instituições, trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos, partilhar lugares comuns, fazer escolhas, desenvolver capacidades, ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

O Resultado do Período é o seguinte: 263.939,31 Euros

## 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### 3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

#### 3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### 3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes, para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



### 3.1.5 Compensação:

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção, inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos, são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância, devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição, ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como activos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem, ou ainda, um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do activo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a sua conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções, detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação anual, aferido por Entidade especializada independente. São reconhecidas directamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor valor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores /beneméritos /patrocinadores /doadores /associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.



### Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

E/ou

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis, que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira, são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

### 3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusivamente ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo

impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5 % sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Activos Fixos Tangíveis

##### Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	957.236,26	12.165,07				969.401,33
Equipamento básico	132.823,03	10.090,90				142.913,93
Equipamento de transporte	409.494,67	12.570,00				422.064,67
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	182.392,70	0				182.392,70
Outros Activos fixos tangíveis	49.126,43	0				49.126,43
<b>Total</b>	<b>1.731.073,09</b>	<b>34.825,97</b>				<b>1.765.899,06</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	263.378,07	23.951,79				287.329,86
Equipamento básico	116.657,62	5.380,54				122.038,16
Equipamento de transporte	409.494,66	3.142,50				412.637,16
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	178.233,76	3.187,30				181.421,06
Outros Activos fixos tangíveis	37.717,33	7.953,63				45.670,96



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Total	1.005.481,45	43.615,76				1.049.097,21
-------	--------------	-----------	--	--	--	--------------

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	969.401,33	123.035,38				1.092.436,71
Equipamento básico	142.913,93	41.956,48				184.870,41
Equipamento de transporte	422.064,67	129.605,01				551.669,68
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	182.392,70	1436,64				183.829,34
Outros Activos fixos tangíveis	49.126,43	0				49.126,43
<b>Total</b>	<b>1.765.899,06</b>	<b>296.033,51</b>				<b>2.061.932,57</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	287.329,86	21.785,75				309.115,62
Equipamento básico	122.038,16	11.023,24				133.061,40
Equipamento de transporte	412.637,16	27.415,02				440.052,18
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	181.421,06	4.761,23				186.182,29
Outros Activos fixos tangíveis	45.670,96	11.446,93				57.117,89

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento", nada há a registar.

**6 Activos Intangíveis**

A Entidade não usufrui de "Activos Intangíveis".

**7 Locações**

A Entidade não adquiriu activos com recurso à locação financeira.

**8 Custos de Empréstimos Obtidos**

A APPCDM, não recorreu a nenhum empréstimo Bancário ou outros similares, pelo que não há encargos financeiros a reconhecer.

## 9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	3.682,53	114.801,81	28.220,35	3.124,50	116.764,60	15.633,69	2.025,19
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo							
Produtos acabados e intermédios							
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
Produtos e trabalhos em curso							
<b>Total</b>	<b>3.682,53</b>	<b>114.801,81</b>	<b>28.220,35</b>	<b>3.124,50</b>	<b>116.777,99</b>	<b>15.633,69</b>	<b>2.025,19</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas							133.510,99
Variações nos inventários da produção							

## 10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2017
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas e Mensalidades de utilizadores	384.927,00	417.289,67
Outros serviços	29.649,18	32.082,56
Promoção para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros	2.470,18	733,07
Royalties		
Dividendos		
<b>Total</b>	<b>417.046,36</b>	<b>450.105,30</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Nada existe a registar.

## 12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017 a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2017
<b>Subsídios do Governo</b>		
	1.827.216,16	1.858.084,44
<b>Total</b>	<b>1.827.216,16</b>	<b>1.858.084,44</b>

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2017 e 31/12/2016 a Entidade não teve necessidade de recorrer as taxas de Câmbio.

## 14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

## 15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respectivamente 5 e 5. De 2016 para 2017 não se verificou qualquer alteração nos membros dos órgãos directivos. Os órgãos directivos não usufruem de remuneração. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "122".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	1.228.560,10	1.248.076,72
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações		
Encargos sobre as Remunerações	251.412,60	260.163,60
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.374,83	14.294,91
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	5.987,01	7.667,78
<b>Total</b>	<b>1.502.334,54</b>	<b>1.530.203,05</b>

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



## 17 Outras Informações

De forma a obter uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
<b>Activo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso		
Doadores - em curso		
Patrocinadores		
Quotas	5.272,00	5.350,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador		
Outras operações		
Perdas por imparidade		
<b>Total</b>	<b>5.272,00</b>	<b>5.350,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	17.379,08	22.170,06
Utentes	39.362,37	28.724,73
<b>Total</b>	<b>56.741,45</b>	<b>50.894,79</b>

Nos períodos de 2016 e 2017 não existe "Perdas por Imparidade" a registar.

### 17.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2017
Outros Devedores e Credores		3.231,75
Perdas por Imparidade		

<b>Total</b>	<b>3.231,75</b>
--------------	-----------------

#### 17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	1.864,86	4.382,14
<b>Total</b>	1.864,86	4.382,14
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	0	0
<b>Total</b>	0	0

#### 17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, outros ativos financeiros.

#### 17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2017
Caixa		22,21
Depósitos à ordem	836.366,15	679.385,12
Depósitos a prazo	512.462,58	712.462,58
Outros		
<b>Total</b>	<b>1.348.828,73</b>	<b>1.391.869,91</b>

#### 17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	79.483,15			79.483,15
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	1.322.425,63	250.708,24		1.573.133,87
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	82.064,02		15.273,93	66.790,09
<b>Total</b>	<b>1.483.972,80</b>	<b>250.708,24</b>	<b>15.273,93</b>	<b>1.719.407,11</b>

*[Handwritten signatures and initials in the top right corner]*

### 17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	85.827,12	82.697,35
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores facturas em recepção e conferência		
<b>Total</b>	<b>85.827,12</b>	<b>82.697,35</b>

### 17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.417,81	14.180,29
Outros Impostos e Taxas		
<b>Total</b>	<b>2.417,81</b>	<b>14.180,29</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	10.174,93	9.847,90
Segurança Social	50.824,26	50.935,54
Outros Impostos e Taxas		66,28
<b>Total</b>	<b>60.999,19</b>	<b>60.849,72</b>

### 17.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar				1.631,43
Cauções				
Outras operações				5.240,81
Perdas por imparidade acumuladas				
Devedores por acréscimos				5.336,95
Credores por acréscimo de gastos		242.455,36		259.433,10



Total		242.455,36		271.642,29
-------	--	------------	--	------------

#### 17.11 Outros Passivos Financeiros

A Entidade não tem "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2017.

#### 17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.827.216,16	1.858.084,44
Subsídios de outras entidades	55.736,25	94.954,57
Doações e heranças	35.617,69	23.078,86
Legados		
Total	1 918 570,10	1.976.117,87

#### 17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	356,97	46,90
Serviços especializados	112 923,66	113.843,02
Materiais	23 055,02	26.610,47
Energia e fluidos	107 284,62	92.010,89
Deslocações, estadas e transportes	6 551,25	7.255,14
Serviços diversos	141 226,51	160.607,25
Encargos com Utentes	24.081,83	23.671,33
Total	415.479,86	424,045,00

#### 17.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	24.763,28	10.647,93
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros		

Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	28.417,36	21.906,26
<b>Total</b>	<b>53.180,64</b>	<b>32.554,19</b>

#### 17.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Outros Gastos e Perdas	32.858,11	35.621,28
<b>Total</b>	<b>32.858,11</b>	<b>35.621,28</b>

#### 17.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	220,40	375,60
<b>Total</b>	<b>220,40</b>	<b>375,60</b>
<b>Juros obtidos</b>		
Juros obtidos	2.470,18	733,07
Dividendos obtidos		
Outros Rendimentos similares		
<b>Total</b>	<b>2.470,18</b>	<b>733,07</b>

#### 17.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

Matosinhos, 2 de Março de 2018

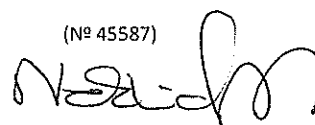
A Direcção

Assunto:  
Sociedade - Prot

Virgínia Dulce dos Santos Luis Duarte  
Ana Amélia Pereira Costa  
João Luís Pereira Costa

O Contabilista Certificado

(Nº 45587)



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS – 2017

APPACDM DE MATOSINHOS - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS AMIGOS DO CIDADÃO COM DEFICIENCIA MENTAL

**1. Enquadramento Institucional**

A “APPACDM DE MATOSINHOS-ASS.PORT.PAIS AMIG.CID.DEF.MENTAL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição particular de solidariedade social ” com estatutos publicados no Diário da República n.º155 de 6 de Julho de 2001, Série III, com sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra – S. Mamede Infesta.

Em conformidade com os Estatutos e nos termos das disposições legais aplicáveis, submetemos à apreciação de V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, da APPACDM.

**2. Execução Orçamental**

O quadro seguinte evidencia o comportamento da execução orçamental, dos gastos realizados e dos rendimentos obtidos, em 2017.

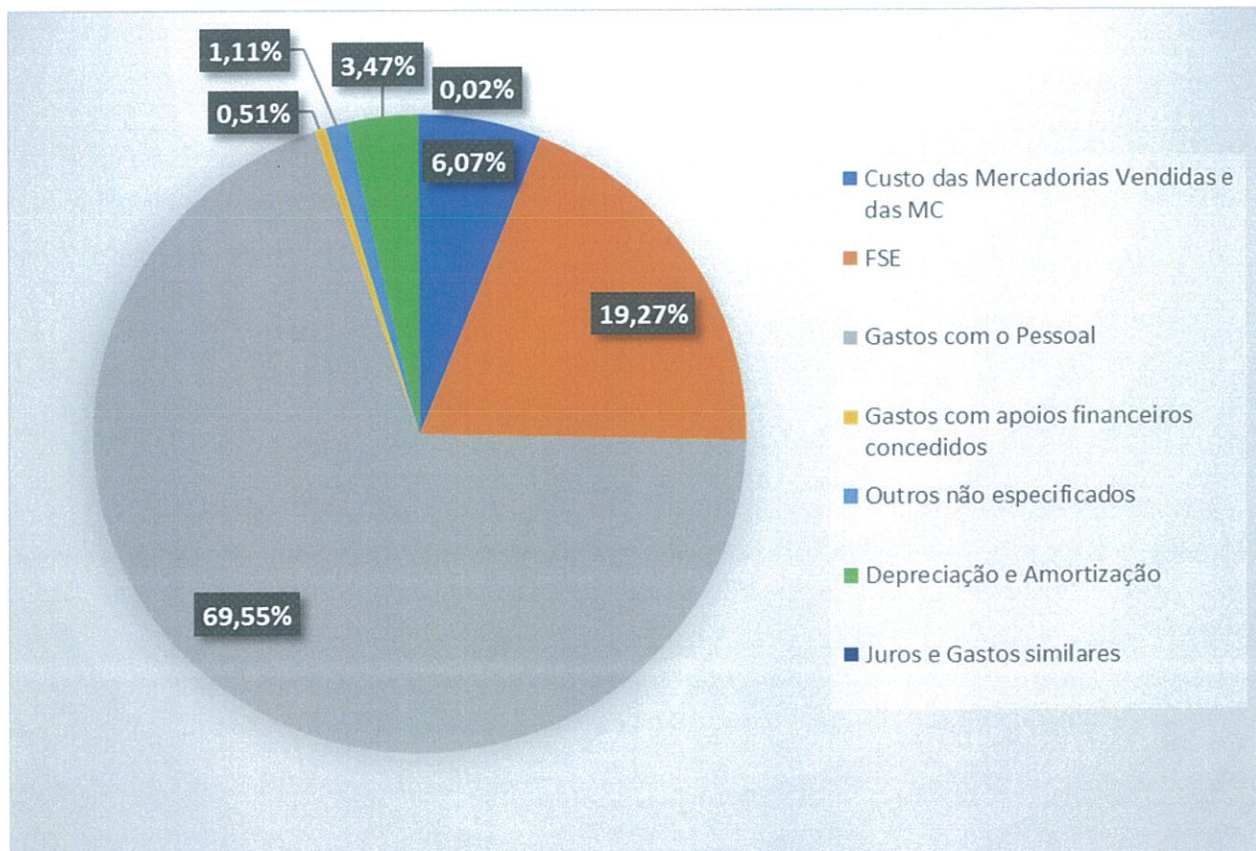
Rubrica	Orçamento	Execução	Variação	
			Valor	%
Custos das Mercadorias Vendida e Materias Primas Consumidas	123 890,00	133 510,99	9 620,99	7,77%
Fornecimentos e Serviços Externos	359 437,65	424 045,00	64 607,35	17,97%
Gastos com o Pessoal	1 637 562,12	1 530 203,01	-107 359,11	-6,56%
Gastos e Depreciações de Amortizações	50 786,82	76 432,17	25 645,35	50,50%
Outros Gastos e Perdas	10 980,82	35 621,28	24 640,46	224,40%
Gastos e Perdas de Financiamento	680,00	375,60	-304,40	-44,76%
<b>Total</b>	<b>2 183 337,41</b>	<b>2 200 188,05</b>	<b>16 850,64</b>	<b>0,77%</b>
Prestação de Serviços	415 344,73	454 722,23	39 377,50	9,48%
Subsidiados à Exploração	1 826 636,44	1 976 117,87	149 481,43	8,18%
Outros rendimentos e Ganhos	19 175,72	32 554,19	13 378,47	69,77%
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	2 911,47	733,07	-2 178,40	-74,82%
<b>Total</b>	<b>2 264 068,36</b>	<b>2 464 127,36</b>	<b>200 059,00</b>	<b>8,84%</b>



Na generalidade, constata-se que APPACDM, apresenta um aumento da despesa em 0,77%, face ao valor orçamentado e um aumento dos rendimentos, em 8,84%, face ao valor orçamentado.

a) Execução da Despesa

A despesas total da APPACDM, no valor de 2.200.188,05 Euros, é composta da seguinte forma:



A composição dos gastos da APPACDM é a seguinte: 69.55% referente a gastos com pessoal, a 19.27%, referente a fornecimentos e serviços externos(FSE), 3.47% relativamente, gastos com depreciações, 6.07%, do CMVM e as restantes rubricas 1.64%.

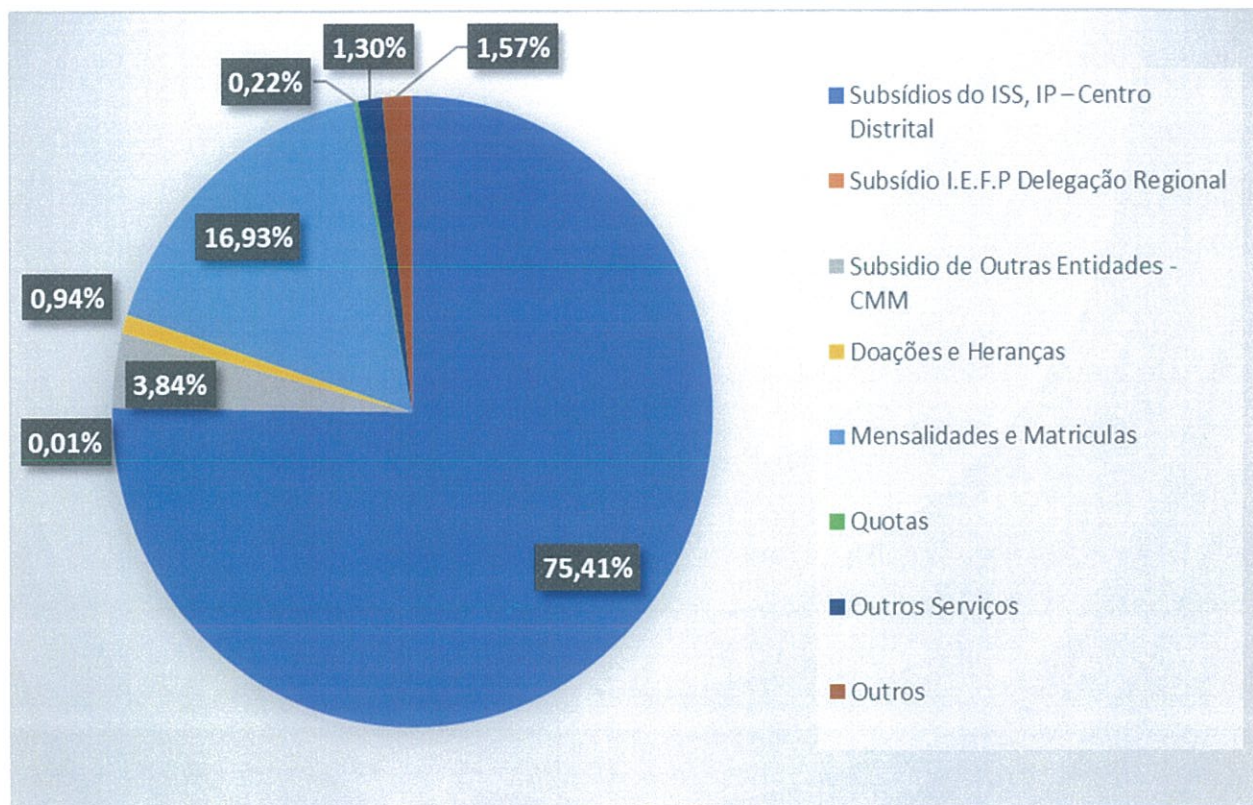
Quase todas as rubricas de gastos, registaram uma variação positiva face ao orçamentado, com exceção dos gastos com pessoal, que registaram um desvio de -6.56%.

*Handwritten signatures and initials:*  
P.oot  
[Signature]  
[Signature]

*[Handwritten signatures and initials]*

b) Execução dos rendimentos

O Rendimento total da APPACDM, no valor de 2.464.127,36 Euros, é composta da seguinte forma:



A Rubrica de Subsídios do ISS, IP- Centro Distrital, representa 75,41% das receitas, Mensalidade e Matriculas 16.93%, Subsídio de Outras Entidades 3.84%, e as restantes 3.82% .

Quase todas as rubricas de rendimentos registaram uma variação positiva face ao orçamentado, com exceção dos juros e dividendos.

A positividade dos proveitos, resultam essencialmente: do subsídio atribuído pela Câmara Municipal de Matosinhos, para a utilização das piscinas da Matosinhos Sport e para o Arrendamento do Centro Habitacional das Laranjeiras, assim como dos Subsídios do ISS, IP- Centro Distrital, que aumentou a sua participação.

Nos Custos, verificou-se a seguinte evolução:

Rubrica	2016	2017
Custo das Mercadorias Vendidas e das MC	143 580,19	133 510,99
<b>Sub-Total</b>	<b>143 580,19</b>	<b>133 510,99</b>
Serviços Especializados	112 923,66	113 843,02
Subcontratos	356,97	46,90
Materiais	23 055,02	26 610,47
Energia e Fluidos	107 284,62	92 010,89
Deslocações e Estadas e Transporte	6 551,25	7 255,14
Serviços Diversos	141 226,51	160 607,25
Encargos com Utentes	24 081,83	23 671,33
<b>Sub-Total</b>	<b>415 479,86</b>	<b>424 045,00</b>
Gastos com o Pessoal	1 502 334,54	1 530 203,01
<b>Sub-Total</b>	<b>1 502 334,54</b>	<b>1 530 203,01</b>
Gastos com apoios financeiros concedidos	11 415,00	11 265,00
Fundo de reestruturação solidária	0,00	0,00
Outros não especificados	21 443,11	24 356,28
<b>Sub-Total</b>	<b>32 858,11</b>	<b>35 621,28</b>
Depreciação e Amortização	43 615,76	76 432,17
<b>Sub-Total</b>	<b>43 615,76</b>	<b>76 432,17</b>
Juros e Gastos similares	220,40	375,60
<b>Sub-Total</b>	<b>220,40</b>	<b>375,60</b>
<b>Total dos Gastos</b>	<b>2 138 088,86</b>	<b>2 200 188,05</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

Face ao ano de 2016, os custos registaram um acréscimo de 62.099,14Euros. Esta realidade verifica-se na rubrica de amortizações, por força do investimento realizado pela APPACDM, em2017.

A Rubrica de Serviços Diversos, também regista um acréscimo, em relação ao ano de 2016, consequência do aumento dos seguros e da cedência de utilização da piscina da Matosinhos Sport.

Nos **proveitos**, verificou-se a seguinte evolução:

Rubrica	2016	2017
Subsídios do ISS, IP – Centro Distrital	1 827 216,16	1 858 084,44
Subsídio I.E.F.P Delegação Regional	504,72	321,53
Subsídio de Outras Entidades - CMM	55 231,53	94 633,04
Doações e Heranças	35 617,69	23 078,86
<b>Sub-Total</b>	<b>1 918 570,10</b>	<b>1 976 117,87</b>
Mensalidades e Matriculas	379 655,00	417 289,67
Quotas	5 272,00	5 350,00
Outros Serviços	29 649,18	32 082,56
<b>Sub-Total</b>	<b>414 576,18</b>	<b>454 722,23</b>
Outros Rendimentos Suplementares INR	9 955,68	8 720,53
Imputação de Subsídios de Investimento	15 947,77	15 273,93
Outros Não Especificados	27 277,19	8 559,73
<b>Sub-Total</b>	<b>53 180,64</b>	<b>32 554,19</b>
Juros e Rendimentos similares obtidos	2 470,19	733,07
<b>Sub-Total</b>	<b>2 470,19</b>	<b>733,07</b>
<b>Total dos ganhos</b>	<b>2 388 797,11</b>	<b>2 464 127,36</b>

*[Handwritten signatures and initials]*

Face ao ano de 2016, as receitas registaram um acréscimo de 75.330,25 Euros. Esta realidade verifica-se na rubrica subsídios do ISS , devido ao aumento das comparticipações .

A Rubrica Mensalidade e Matriculas, também regista um acréscimo, em relação ao ano de 2016, por força da subida de rendimento per capita do agregado familiar.

Quanto à situação patrimonial da APPACDM, registou-se uma variação positiva de 271.501,56 Euros, em relação ao exercício anterior.

Os saldos bancários, em 31 de Dezembro de 2017 ascendiam a 1.391.869,91 Euros.

O saldo da conta clientes apresentou o valor de 50.894,7 Euros, dos quais 22.170,06 Euros referem-se a clientes gerais empresas e 28.724,73 Euros a clientes/utentes.

O valor de 14.180,29 Euros, registado na Rubrica Estado e Outros Entes Públicos, diz respeito à restituição de 50% do IVA, prevista para Aquisição de Equipamentos e Aquisição de Serviços e Materiais de Construção.

O montante de 4.382,14 Euros, registado em diferimentos, refere-se aos custos com os seguros, a serem considerados em 2018.



Quanto ao Fundo Patrimonial, há a registar uma variação negativa de 15.273,93 Euros, resultante da transferência numa base sistemática para a conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, à medida que forem contabilizadas as depreciações/ amortizações do investimento a que diz respeito.

Quanto ao passivo corrente, a rubrica Fornecedores regista o valor de 82.697,35 Euros, a de Estado e Outros Entes Públicos apresenta o valor de 60.849,72 9Euros.

A rubrica, Outras Contas a Pagar, apresenta o montante de 271.642,29 Euros, referentes às remunerações e encargos com Férias e Subsídio de Férias, a serem pagos em 2018.

#### 4. Proposta de aplicação de resultados.

A direcção da APPCDM propõe que o resultado positivo de 263.939,31 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

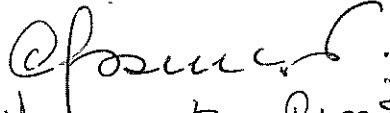
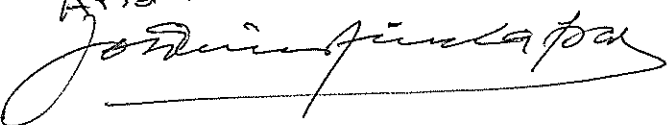
#### 5. Outros

De acordo com o disposto no decreto - lei nº 534/80, de 7 de Novembro e Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Após exercício, não se registaram factos relevantes.

Matosinhos, 6 de Março de 2018

A Direcção

  
Luís António Pires  
Virgínia Dulce dos Santos Vieira Duarte  
Ana Amélia Reseira Costa  


**APPACDM - Matosinhos**  
**Balço Individual em 31 de Dezembro de 2017**  
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.17	31.Dez.16
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis		936 403,19	716 801,85
Total dos Activos Não Correntes		936 403,19	716 801,85
Inventários		2 025,19	3 124,50
Cientes		50 894,79	56 741,45
Fundadores		2 486,30	4 192,80
Estado e outros entes públicos		14 180,29	2 417,81
Outras contas a receber		3 231,75	0,00
Diferimentos		4 382,14	1 864,86
Caixa e depósitos bancários		1 391 869,91	1 348 828,73
Total dos Activos Correntes		1 469 070,37	1 417 170,15
		<b>2 405 473,56</b>	<b>2 133 972,00</b>
<b>Fundo Patrimonial</b>			
Fundos		79 483,15	79 483,15
Resultados transitados		1 573 133,87	1 322 425,63
Outras variações nos Fundos Patrimoniais		66 790,09	82 064,02
Resultado líquido do período		263 939,31	250 708,24
Total dos Fundos Patrimoniais		1 983 346,42	1 734 681,04
<b>Passivo</b>			
Financiamentos obtidos			
Total dos Passivos Não Correntes		0,00	0,00
Fornecedores		82 697,35	85 827,12
Estado e outros entes públicos		60 849,72	60 999,19
Outras contas a pagar		271 642,29	242 455,36
Provisões		6 937,78	10 009,29
Total dos Passivos Correntes		422 127,14	399 290,96
Total do Passivo		422 127,14	399 290,96
		<b>2 405 473,56</b>	<b>2 133 972,00</b>

Porto, 05 de Março de 2018

A Direcção  
 J. Lourenço  
 Lucrecia Pestro  
 Virgínia Dula dos Santos Luis Duarte  
 Ana Amélia Pereira Costa  
 João José Raposo

O Técnico Oficial de Contas  
 (n.º 45587)

M. Queiroz

**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		448.875,57	430.318,97
Pagamentos a fornecedores		-544.012,68	-534.565,56
Pagamentos ao pessoal		-1.265.705,97	-1.226.638,69
Caixa gerada pelas operações		<u>-1.360.843,08</u>	<u>-1.330.885,28</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-9.847,90	-10.660,93
Outros recebimentos/pagamentos		1.709.408,20	1.674.276,77
<b>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)</b>		<u>338.717,22</u>	<u>332.730,56</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-296.033,51	-34.825,97
Outros activos			
		<u>-296.033,51</u>	<u>-34.825,97</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		733,07	2.470,18
		<u>733,07</u>	<u>2.470,18</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)</b>		<u>-295.300,44</u>	<u>-32.355,79</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-375,60	-220,40
		<u>-375,60</u>	<u>-220,40</u>
<b>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)</b>		<u>-375,60</u>	<u>-220,40</u>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<u>43.041,18</u>	<u>300.154,37</u>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<u>1.348.828,73</u>	<u>1.048.674,36</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<u>1.391.869,91</u>	<u>1.348.828,73</u>

A Direcção  
*João Antunes Bastos*  
*Virgínia Dulce dos Santos Lúcia Duarte*  
*Ana Amélia Pereira Costa*  
*João Francisco Costa*

O Técnico Oficial de Contas  
(nº 45587)

*Natália Faria*

APPACDM - Matosinhos

Demonstração de Resultados por Naturezas  
Período findo em 31 de Dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

	Notas	2017	2016
Serviços prestados		454.722,23	414.576,18
Subsídios à exploração		1.976.117,87	1.918.570,10
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-133.510,99	-143.580,19
Fornecimentos e serviços externos		-424.045,00	-415.479,86
Gastos com o pessoal		-1.530.203,01	-1.502.334,54
Outros rendimentos e ganhos		32.554,19	53.180,64
Outros gastos e perdas		-35.621,28	-32.858,11
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>340.014,01</b>	<b>292.074,22</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-76.432,17	-43.615,76
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>263.581,84</b>	<b>248.458,46</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		733,07	2.470,18
Juros e gastos similares suportados		-375,60	-220,40
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>263.939,31</b>	<b>250.708,24</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>263.939,31</b>	<b>250.708,24</b>

S. M. Infesta 05 de Março de 2018

A Direcção

*Ofonung*  
*Laurentino Pinto*  
*Virgínia Dulce dos Santos Vieira Duarte*  
*Ana Amélia Pereira Costa*  
*João Pereira Costa*

O Técnico Oficial de Contas  
(nº 45587)

*Natércia*





## APPACDM DE MATOSINHOS

Associação Portuguesa de Pais e Amigos  
do Cidadão Deficiente Mental

Rua Dr. Leonardo Coimbra \* 4465-189 S. M. Infesta  
Telef.: 229012467 / 92 \* Fax: 229023277  
appacdm.direcao@appacdm.mail.pt  
Contribuinte N°504 646 800

# PARECER DO CONSELHO FISCAL

(Referente ao Exercício de 2017)

Nos termos estatutários, reuniu-se o Conselho Fiscal da para a análise e apreciação do “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2017”, documentos apresentados pela Direção e complementados por toda a documentação contabilística que lhes serviu de suporte.

Concluída a análise exaustiva aos citados documentos e não encontrando, este Conselho Fiscal, matéria passível de suscitar dúvidas, considera que aqueles merecem o seu parecer favorável.

Nestes termos, julga o Conselho Fiscal que o “Relatório de Gestão e Contas referentes ao Exercício de 2017” reúnem as condições necessárias para que possam ser aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

S. Mamede de Infesta, 08 de março de 2018

O Conselho Fiscal

O Presidente,

João Carlos Monteiro Barbosa

O Primeiro Vogal,

Agostinho Nogueira Barbosa

O Segundo Vogal,

Maria Filomena Nogueira Ferreira